

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.600.524 - PR (2019/0304663-3)**

**RELATOR : MINISTRO GURGEL DE FARIA**  
**AGRAVANTE : MUNICÍPIO DE LONDRINA**  
**PROCURADOR : LIA CORREIA E OUTRO(S) - PR028052**  
**AGRAVADO : I G P L (MENOR)**  
**REPR. POR : V L G**  
**ADVOGADOS : CLAUDINE APARECIDO TERRA - PR018482**  
**JOÃO LUCAS SILVA TERRA - PR054405**  
**INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ**  
**INTERES. : M T P DE M**  
**ADVOGADO : JOAO LUIZ MARTINS ESTEVES - PR015082**

**DECISÃO**

Trata-se de agravo interposto pelo **MUNICÍPIO DE LONDRINA** contra decisão do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, que não admitiu recurso especial fundado na alínea "a" do permissivo constitucional.

A parte agravante busca a reforma do aresto atacado.

Passo a decidir.

Inicialmente, cumpre destacar que "aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC" (Enunciado Administrativo 3).

Considerado isso, tem-se que a questão jurídica referente ao dever estatal de assegurar o atendimento em creche e pré-escola às crianças de zero a 5 (cinco) anos de idade teve a repercussão geral reconhecida pelo Supremo Tribunal Federal, no Recurso Extraordinário 1.008.166/SC.

Dessa forma, encontrando-se o tema afetado à sistemática da repercussão geral, esta Corte Superior orienta que os recursos que tratam da mesma controvérsia devem aguardar o julgamento do paradigma representativo no Tribunal de origem, viabilizando, assim, o juízo de conformação, hoje disciplinado pelos arts. 1.039 e 1.040 do CPC/2015.

Nesse sentido: AgInt nos EDcl no REsp 1.612.117/SC, Relatora Ministra ASSULETE MAGALHÃES, Segunda Turma, DJe 17/08/2017; AgInt no REsp 1.366.363/ES, Relator Ministro OG FERNANDES, Segunda Turma, DJe 23/08/2017; AgInt no AgInt no REsp 1.603.061/SC, Relator Ministro SÉRGIO KUKINA, Primeira Turma, DJe 28/06/2017.

Somente depois de realizada essa providência, que representa o esgotamento da instância ordinária, é que o recurso especial deverá ser encaminhado a esta Corte Superior para que, aqui, possam ser analisadas as questões jurídicas nele suscitadas e que não ficaram prejudicadas pelo novo pronunciamento do Tribunal *a quo*.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Registre-se que essa medida visa evitar, também, o desmembramento do apelo especial e, em consequência, eventual ofensa ao princípio da unirrecorribilidade ou unicidade recursal.

Ante o exposto, DETERMINO a devolução dos autos ao Tribunal de origem, com a respectiva baixa, para que, após a publicação do acórdão, a ser proferido no Recurso Extraordinário 1.008.166/SC e, em observância ao art. 1.040 do CPC/2015: a) negue seguimento ao recurso se a decisão recorrida coincidir com a orientação emanada pela Suprema Corte; ou b) proceda ao juízo de retratação na hipótese de o acórdão vergastado divergir da decisão sobre o tema posto em repercussão geral.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 23 de março de 2020.

MINISTRO GURGEL DE FARIA

Relator